

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Cartas a Paulo Pereira de Souza: notas sobre a escrita epistolar na administração
comercial de um colono mineiro**

Paulo Miguel Fonseca*

Resumo: Esse artigo tem como foco o estudo epistolar, notadamente a correspondência recebida do comerciante Paulo Pereira de Souza, atuante em Minas Gerais durante as décadas de 1750 e 1760. Buscamos, desse modo, demarcar eventuais diferenças de formas e estilos de escrita, a partir de diferentes categorias de cartas criadas de acordo com suas funções e objetivos.

A escrita epistolar, por ser uma escrita de sociabilidade - dessa forma voltada para o leitor - nos permite analisar não só o contexto histórico e o autor, mas também a imagem que esse construiu para si. Paulo Pereira de Souza, como tantos outros missivistas de seu tempo, foi verdadeiramente um personagem do Antigo Regime.

Palavras-chave: Epistolografia - História do Brasil Colonial - Antigo Regime.

Abstract: This paper has its focus on letter writing studies, especially on letters received by the Minas Gerais tradesman Paulo Pereira de Souza, during the decades of 1750 and 1760. In this way, we're trying to find different styles and writing shapes, that reflects specific categories of letters created on different purposes.

The letter writing, being a sociability writing, let us analyse not just the historical context and the author of the letters, but also the image the author creates for himself. Paulo Pereira de Souza, as many others letters writing on his time, was truly a Ancient Regim character.

Keywords: Letter-writing - Brazil Colonial History - Ancient Regim.

Luiz Fagundes Duarte define a existência de dois tipos de missivas: o primeiro seria íntimo, de trabalho, suscetível ao descarte pelo autor. O outro, público – uma versão a ser lida – um representante do “grande teatro” do qual os personagens envolvidos (autor e leitor) estão inseridos. Esse segundo tipo não pressupõe necessariamente a intimidade do autor, e sim a existência de uma relação direta e recíproca do autor com o destinatário. (ANASTÁCIO, 2006:11-23)

Nesse sentido, o texto é uma representação do autor, que o constrói para materializar uma identidade que quer consolidar e expor. Ao mesmo tempo, o autor é uma invenção, um produto do texto em si, sendo sua sinceridade/subjectividade resultado da narrativa que elabora. Trata-se de uma relação de causa/efeito, onde as duas afirmativas são

* Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira.

verdadeiras e simultâneas, através dessa modalidade de “construção do eu”. (GOMES, 2004:16)

A partir do século XVII as sociedades européias passaram a imprimir um maior controle sobre os espaços de atuação social. Os códigos sociais de comportamentos, gestuais e espaços de atuação atingiram o relacionamento epistolar, onde se criaram conjuntos de regras que unificaram as formas de comunicação; como formatos de cabeçalho, despedidas, tipos e formatos de papel e caligrafia.

No caso da colonial capitania de Minas Gerais, ainda que tenhamos claras todas normas e tratados epistolares vigentes no século XVIII, parece-nos difícil tentar buscar eco a essas normas na correspondência epistolar trocada entre negociantes, mineradores e tropeiros no ermo e distante território mineiro. Por outro lado, se não seguiam rigidamente os modelos epistolares europeus, os missivistas mineiros tinham seus próprios códigos de escrita que parecem seguir normas gerais. É notável a reincidência dos formatos de tratamento pessoal, apresentação e encerramento destas durante todo o setecentos. O corpo dos textos também apresenta um padrão: são constantes as referências à saúde dos missivistas e comentários sobre o cotidiano antes da introdução do tema principal da carta. Ao encerrar a carta, era comum a inserção de outros assuntos periféricos, de forma a suavizar ou mascarar o objetivo principal da missiva.

É fácil perceber a importância da comunicação escrita em Minas Gerais, bastando remontar o desenvolvimento da região durante o século XVIII. Foi no início desse século que a região até então coberta por matas e povoadas por índios viu florescer um crescimento demográfico vertiginoso, constituindo um grande desafio para a coroa portuguesa. A distância que o território mineiro tinha do alcance do poder central e as dificuldades que essa distância determinava, fazia com que a ação do Estado português fosse morosa e ineficiente. Em resposta, Portugal institucionalizou o território. Em um intervalo de cerca quase vinte anos, duas novas capitanias foram criadas; São Paulo e Minas do Ouro e depois Minas Gerais. Eram instituídas dentro delas comarcas e vilas; nomeados governadores, juizes e unidades militares.

Todo aparato administrativo mostrou-se insuficiente para acabar com as distâncias nas Minas Gerais, levando então Portugal a expandir seus espaços administrativos através de uma comunicação remota. Se não podia contar com a Passarola idealizada pelo padre Bartolomeu Lourenço – um instrumento em formato de ave que “andava no ar” e diminuiria

as distâncias entre metrópole e colônia¹ - a Coroa portuguesa utilizava sistematicamente a comunicação por missivas, que circulavam incessantemente de um ponto a outro do império. Além da correspondência comezinha entre os funcionários e o reino, são famosas as “instruções aos governadores”, orientações aos governadores das capitanias instituindo linhas gerais administrativas a serem empregadas pelos agentes régios.

Reproduzindo internamente a comunicação epistolar entre as duas partes do reino, a capitania de Minas desenvolveu sua própria rede de comunicação baseada em missivas. Em um território tão dilatado e ermo, somente através da correspondência foi possível fazer funcionar a economia mineradora. Abastados comerciantes ampliavam seus negócios por todas as Minas e além delas para São Paulo e Rio de Janeiro; o controle dessas ações era todo feito através de cartas. Muitos tinham seus arquivos e guarda-livros responsáveis pela organização da documentação. Escreviam por vezes dezenas de mensagens ao dia, várias para os prepostos mais importantes.

Grande parte dessa documentação foi preservada pela História através da ação da Junta da Real Fazenda de Minas Gerais, e posteriormente pela Tesouraria da Fazenda de Minas Gerais, que seqüestrava junto com outros bens a documentação contábil dos principais devedores fiscais da época e conservou assim esses papéis até os dias de hoje.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda cerca de um terço do acervo da Coleção Casa dos Contos, conjunto que reúne a documentação seqüestrada pela Junta e Tesouraria da Fazenda de Minas Gerais. O nome refere-se à antiga Casa dos Contos de Ouro Preto, onde funcionavam os órgãos. O restante do acervo encontra-se no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, sendo o último detentor da maior parte do acervo. Quando da divisão do conjunto documental entre a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional (o Arquivo Público receberia sua parte posteriormente) a própria natureza dos órgãos delineou, *grosso modo*, que tipo de acervo caberia a cada instituição. Ao Arquivo Nacional foram encaminhados principalmente conjuntos de caráter público e administrativo, à Biblioteca Nacional coube os acervos particulares, notadamente epistolares.

Dentre os acervos de particulares, destaca-se o de Paulo Pereira de Souza, comerciante ativo em Minas durante as décadas de 1750 e 1760. Uma vez que, como foi dito, os documentos que compõe a Coleção Casa dos Contos são fruto de seqüestros de órgãos fazendários, entende-se que a imensa maioria dos conjuntos seja de correspondência recebida,

¹ Para as considerações do padre Bartolomeu Lourenço, ver Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. “*Além dos súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa*”. In: Revista Tempo vol.5 - nº10 dezembro 2000. p.82. Para um desenho da Passarola, ver FBN-Mss 2,3,1 f.35.

e não expedida. Essa particularidade faz com que tenhamos contato com o personagem alvo de estudo de uma forma indireta: não lemos as palavras de Paulo Pereira, mas sim aquelas direcionadas a ele. Na Biblioteca Nacional foram encontradas 166 missivas relacionadas a Paulo Pereira, sendo 160 cartas enviadas por terceiros e apenas seis escritas por ele. Algumas vezes são feitas referências a Paulo Pereira como sendo contratador, embora não tenha sido encontrada qualquer menção a isso no acervo pesquisado ou no Erário Régio de Francisco Rebelo.(REBELO, 1789)

Na correspondência recebida de Paulo Pereira,² identificamos diferentes tipos de missivas, distintas entre si no que se refere aos seus objetivos e finalidades. Optamos por dividir então o acervo em quatro categorias, no que se refere à sua função enquanto veículo de comunicação:

- negócios régios;
- negócios coloniais;
- cartas de amizade;
- cartas de proteção.

Algumas categorias apresentam estilos literários mais próximos entre si do que outras, isso se deve principalmente à função de cada um dos tipos propostos. Naturalmente, as cartas de “negócios régios” e “negócios coloniais” são mais próximas, ocorrendo discrepâncias apenas no objetivo do documento e, por vezes, no nível de tratamento dispensado ao interlocutor, sendo os “negócios régios” geralmente mais formais e apresentados de forma mais direta. Isso pode ser observado no cotejamento entre as missivas transcritas abaixo. A primeira é uma carta de “negócios régios”:

*Snr Paullo Per^a de Souza
São João a 22 de Jan^o de 1750
R^e a conta do rezisto, que ajustandoa como cust^o Pex^o ficou o d^o restando 47/44, de q. será vm embolsado entregandoas eu no Rio ao S Cap^m, e Vm o será tambem de Recibo q eu passar ao ditto Costodio: da conta cor^{te} verá vm melhor o ajustam^o dela, e tambem os creditos q. ficção [em ser] q. destez mandarey Recibo de quem ficar com elles, q. será o Ruyvo, ou o Antonio de Freytaz, porque suposto os devedorez estão pella [Ieruoca] e Rio Verde poderá ser q. se cobrem Diz o d^o custodio, q. suposto não pagara cap^m de 2 negros por emcapazes, não fiara na sua mão maiz q. 2 1/4 4, e q. certam^{te} seria erro de vm Fico como sempre as ordenz de vm q. D^s g^e m^s a^s com boa saude etc M^o venerador criado de vm Andre Per^a de Meyrelles*

NOTA LATERAL

² As fontes históricas transcritas nesse artigo pertencem à Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, doravante citada como FBN-MSS.

*Remetto a Lembrança de 4 1/4 com os brincos q. estavam de penhor pello devedor ter fugido etc.
(MEIRELES, FBN-MSS: I-26,01,010 n°065)*

Enquanto os “negócios régios” tratam basicamente da arrecadação e pagamento de tributos e direitos arrecadados pela administração portuguesa, os “negócios coloniais” abarcam incontáveis possibilidades de favores e serviços mútuos relacionados a cobranças de dívidas, transporte de cargas e documentos, favorecimentos e indicações. Duas cartas transcritas abaixo representam essas possibilidades, a primeira delas pede a indicação para um cargo de escrivão da Junta da Fazenda:

*Snr Capp^m Paullo Pr^a
Aseverarão me hontem q o Escrivão da Fazenda R^l despedira o seu escrevente, pagando lhe o q' tinha vencido: Eu Rogo a vm q q^{to} antes me queyra emturduzir em lugar daquele (com o seu respeyto) porque soposto dizem dá por anno 150 8^{as} a seco comtudo vendo este a minha expedição, e letra, não duvido dará mais alguma couza, e tudo quanto vm^e fizer a este respeito me darei por satisfeito e obrigado, pois me quero por [...] p^a o futuro
D^o g^e a vm^e m^s ann^s. Caza a 28 de julho de 1755 ann^s
De vm^e
Venerador etc
Francisco X^{er} de Meyrelles
(MEIRELES, FBN-MSS: I-26,01,010 n°066)*

A segunda refere-se a quintagem de oitavas de ouro.

*S^r Paulo Per^a de Sz^a
Am^o e S^r áo s^r Luis da Rocha Per^a entregara vm^{ce} a Barra que rederão as 68/8. que lhe mandei p^a vm^{ce} mos m^{ar} fundir cod^o S^r lhe pasar recibo do q receber ou emportar a d^a Barra
Sobretudo estimarei lhe asista sempre perfeita saude como dez^a p^a que se sirva do que me assiste a cuja pessoa G^{de} Deoz m^s ann^s. oje Capoeira Compr^a 13 de Junho de 1764@
De vm^{ce}
am^o
[Pedro] Lopez [Pr^a]
(PEREIRA, FBN-MSS: I-26,01,010 n°067)*

Na última carta, percebe-se um relacionamento mais próximo, o formal “muito venerador criado” da primeira das três cartas citadas é substituído simplesmente por “amigo”. A segunda carta é também mais formal, dando a perceber uma relação distante, dispensada não a amigos, mas a um companheiro comercial, inclusive ao requerer um favor muito maior do que simplesmente fundir uma barra de ouro.

As cartas de “amizade” e “proteção” são significativamente diferentes, embora ainda possam conter assuntos de negócios. Nesses casos, percebe-se uma relação mais duradoura, ou ao menos a expectativa disso. “Cartas de amizade” nos parecem ser escritas como um fim em si mesmas, outros assuntos podem surgir, mas seus objetivos são manter o

canal de comunicação; manter e fortalecer o relacionamento existente entre os interlocutores. Na carta que segue, o remetente também se dirige a Paulo Pereira como servo e criado, mas em um outro sentido, onde o assunto da missiva é o espaço mais particular do destinatário, sua casa. A intimidade entre ambos parece ser tal que o permite enviar víveres “para lhe divertir o cozinheiro”.

S^{or} Paullo Pr^a

Meu S^o o aroio da m^a confiança que vm deu a este seu criado. Cóando fui com o R^{do} P^e Barandão aos peis de vm^{ce} lhe fiquei na obrigação de me conhecer por seu criado.

Mando a essa villa a buscar huns surois de sal p^a o meu gassto. pello portador remeto a vm^{ce} ese leittão inteiro e huã duzia de cabos de cebolas p^a o cuzinheiro de vm^{ce} ter em que se divertir na sua cozinha.

E que vm^{ce} desfrute boa saude e toda a sua nobre Caza estimarei m^{io} p^a com ella fazer muitos servicos a D^s noco S^r Eu aqui fico nas Lavras do Capivari que comprei a R^{do} P^e Barandão e me ofreço no servico de Vm p^a o que me tiver pestimo nestas partes me não poupe D^s G^{de} a vm^{ce} m^s ann^s

Hoje S Barbara Asima 12 de Fevr^o de 1753

De vm^{ce}

M^o seu omilde Servo e m^o obrig^{do}

Manoel da Silva Gama

(GAMA, FBN-MSS: I-26,18,003)

As “cartas de proteção” igualmente objetivam estabelecer laços, apesar de pautarem-se basicamente em possíveis relações comerciais e de negócios, recorrendo com mais clareza ao apadrinhamento. No exemplo subsequente, o autor desconhecido recorre inclusive a um distante grau de parentesco com o intuito de legitimar a relação, mostrando sua disposição em servir àquele a quem pede proteção e algum serviço. Note-se que não há qualquer referência a “amigo” ou “amizade” na carta, sobressai uma relação, ainda que desequilibrada, pautada na troca de favores.

Snr Paullo Pr^a

Ryo de Janr^o 01 de 8^{bro} de 1752

[...] meu Snr pellas largas noticias q de vm^{ce} tenho tido dellas tenho colhido o ser vm^{ce} f^o do Snr Fran^{co} Miz q. santa gloria haja e como tal sobrinho da Snr^a Marianna de Abreu tambem de f^o de q^m eu tambem o sou por afenid^e por ser cazada co Jozé Barboza meu tio. E como eu estou nesta cid^e exercitando a occupação de sollicitador do n^o da rellação quizera dever a sua bond^e me fizesse a m^{ce} de me enviar alguas appellaçoins e aggr^{os} de seus am^{os} Remetidas a mim no [veu] da candellr^a ao q prot^o dar verdadr^a satisfacao e saber merecer a vm^{ce} e pronto a sua [...]

[...] D^s g^{de} a vm^{ce} m^s a^s

De vm^{ce} o mais fiel criado

[...]

(AUTOR DESCONHECIDO, FBN-MSS: I-26,18,001)

Analisar cartas do século XVIII não nos oferece apenas constatações sobre o corte temporal e geográfico em que as fontes estão inseridas, ou a construção das fontes em si. As missivas também nos ajudam a analisar as relações existentes entre indivíduos e normas, a

questionar a amplitude das liberdades de ação e escolhas, e as formas de burlar e subverter as estruturas vigentes, entendendo não só a força das amarras culturais e sociais, mas também as formas desviantes de atuação do agente histórico. (FERREIRA e AMADO, 2001: 167-182)

Robert Darnton explicou, ainda na década de oitenta, que não basta estudarmos a leitura, devemos estudar também os leitores, “comparando os relatos dos leitores sobre sua experiência com os registros da leitura em seus livros e, quando possível, como seu comportamento”. (BURKE, 1992:202) Essa abordagem torna-se ainda mais importante se entendermos a escrita em um sentido polissêmico, a elaboração de um texto de forma alguma pressupõe que o significado dado pelo autor ao seu escrito será entendido da mesma forma pelos leitores. Cada leitor tem sua própria interpretação da leitura, ainda mais se considerarmos as distâncias – inclusive cronológicas – que podem separar os leitores.

Dessa forma, a história cultural não entende o documento por sua fidelidade histórica, e sim pela análise que ele permite por si mesmo e dos personagens relacionados a ele, seja pela autoria ou leitura de um escrito. Essa nova percepção “ao invés de postular a transparência dos documentos, processou-se de forma a destacar o individualismo e o qualitativo, permitindo a construção de uma nova modalidade de investigação histórica, atenta aos indivíduos, percebidos em suas relações com outros indivíduos”. (GOMES, 2004: 112-113)

No caso da epistolografia, deve-se procurar não simplesmente a identidade do autor, mas a identidade que o autor constrói de si; para si mesmo e para o leitor. Isso se deve ao fato de que a escrita epistolar é uma escrita de sociabilidade, onde o autor escreve a um destinatário.

Trabalhar com documentação epistolar apresenta ainda uma dificuldade adicional: cada documento é apenas um fragmento de uma narrativa maior, não linear e geralmente incompleta enquanto fonte histórica disponível.³ O historiador que se propõe a analisar um conjunto epistolar deve levar isso em conta e precaver-se tanto quanto for possível ao “preencher” as lacunas documentais.

Sobre isso, o historiador português Fernando Catroga alerta para a construção humana da meta-memória, mostrando que ocorre nela uma seleção do que irá constituir a memória: algumas passagens são esquecidas em privilégio de outras, onde esses vazios são

³ Sobre isso, Rebeca Gontijo afirmou: “Assim, a carta pode ser compreendida como uma fração combinada de **espaço e momento**: espaço de construção de reflexão sobre si ou sobre qualquer coisa que em um instante é e, logo depois, pode não ser; momento de comunicação não imediata, que segue de acordo com as circunstâncias de vida daqueles que o estabeleceram.” (grifo da autora). Rebeca Gontijo. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In Angela de Castro Gomes. “Escrita...” p.164.

preenchidos de forma a não afetar o *continuum* e a coerência das recordações mantidas. Essas memórias criadas passam a fazer parte do subconsciente, podendo ser mesmo esquecidas em outros momentos. Ao se tratar de memórias históricas, a dialética atua inconscientemente de forma a utilizar-se da melhor maneira das memórias esquecidas e criadas, de forma a legitimar nas necessidades do homem. A identidade pessoal de cada um é constantemente reconstruída, através de um esquecimento seletivo que lhe permite segmentar de maneira linear e objetiva sua própria vida. A reconstrução de seu discurso ocorre também na história, que fornece comumente instrumentos para a legitimação de memórias e tradições na figura de heróis, instituições e nações. (CATROGA, 2001)

Fontes Manuscritas

Coleção Casa dos Contos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CONGRESSO Internacional de Correspondências no Século XVIII. *Correspondências: usos da carta no século XVIII: actas do congresso Internacional Correspondências no Século XVIII: coord. Vanda Anastácio*. Lisboa: Edições Colibri e Fundação das Casa de Fronteira e Alorna, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “*Além dos súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa*”. In: *Revista Tempo* vol.5 - nº10 dezembro 2000.
- GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- REBELO, Francisco A. Erário Régio de S.M.F. de 1768. (Org.) por Tarquínio J. B. de Oliveira. Brasília, Escola de Administração Fazendária/ESAF, 1976.